

Presidente rejeitou proposta de prefixação

O presidente Itamar Franco rejeitou três dias atrás a proposta de discutir a prefixação de preços, numa pequena roda de conversa em que se debatia, no Palácio do Planalto, alternativas para estabilizar a economia. No mesmo dia, Itamar Franco mandava adiar a reunião ministerial, marcada para o dia 16 de fevereiro, na qual o Governo discutiria medidas contra a inflação e de redução das taxas de juros. "A alternativa tem que ser outra", teria dito Itamar Franco, segundo o relato de um dos seus interlocutores.

Desde que tomou posse como presidente em exercício, a equipe econômica não descarta a alternativa de uma prefixação negociada com o Congresso e os demais setores da sociedade. Mas em hipótese alguma essa solução seria imposta, unilateralmente, pelo Governo. O então ministro do Planejamento, Paulo Haddad, e o ex-ministro da Fazenda, Gustavo Krause, sabiam que, em determinado momento, a sociedade brasileira teria que ser convocada a discutir uma forma de viabilizar a eliminação da chamada inflação inercial — aquele aumento de preços que não é provocado por crescimento de custos, mas por hábito e expectativas do mercado.

Mas a dupla que comandava na época a economia brasileira estabeleceu todo um cronograma de reformas, antes que essa alternativa entrasse na ordem do dia. O primeiro condicionante seria a aprovação de um amplo ajuste fiscal, que desse ao Governo caixa suficiente para cobrir os seus gastos, resgatar dívidas e apelar com menor intensidade ao mercado financeiro. Neste sentido, ficou estabelecido que metade da receita com o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) seria utilizada no resgate dos títulos públicos que vencessem este ano e em 1994.

Esta determinação era considerada crucial, porque mostraria

ao mercado a saúde financeira do Tesouro e abria espaço para que o Banco Central reduzisse a intensidade da política monetária — o BC poderia diminuir os juros reais. Outra condição básica, avaliavam os ministros Haddad e Krause, era "o ajuste dos passivos do setor público" — expressão técnica para designar a decisão de acabar com a famosa "ciranda do calote" entre União, estados e municípios, que resultou em dívidas de 57 bilhões de dólares de estados e municípios com a União — inclusive endividamento com títulos públicos, dívida externa e débitos do setor elétrico.

Atraso — Krause gastou boa parte dos seus 70 dias no Governo detalhando o projeto de rolagem destas dívidas. Além disso, a solução de dois outros problemas era considerada essencial: controle das contas do Tesouro e do Banco Central — com este último assumindo efetivamente um papel mais clássico —, e o fim da indisciplina dos bancos estaduais. A ingerência do poder político nesses bancos inviabiliza o controle monetário por parte do Banco Central, analisavam os dois

ministros.

Nenhuma destas questões foi ainda resolvida, reconheceu um importante assessor governamental. O ajuste fiscal está para ser aprovado na Câmara, mas para viabilizá-lo o Governo foi obrigado a abrir mão da proposta de destinar 50 por cento de sua receita para o resgate da dívida pública. E o projeto de rolagem das dívidas de estados e municípios só foi enviado quarta-feira ao Congresso. Dificilmente ele será aprovado antes de abril, admitiu um assessor da área econômica.

O projeto de lei que disciplina os bancos estaduais e o projeto que separa as contas do Tesouro e do Banco Central sequer chegou a ser detalhado no papel. Toda a estratégia inicial do Governo para a estabilização econômica, que pressupunha a aprovação dessas reformas, ainda não passou pelo teste do Congresso, argumentam as fontes. "Sem as pré-condições, como é que o Governo pode tentar a prefixação negociada?", perguntou importante assessor econômico. "Qualquer coisa nessa direção seria hoje uma aventura", concluiu.